

CAPA

DILMA E A CRISE

INTELECTUAIS E LIDERANÇAS
SOCIAIS ANALISAM
OS IMPASSES DO GOVERNO

NOS PRÓXIMOS sete dias, dez na Bahia, o Brasil estará irmanado na catarse coletiva que precede o início de fato do calendário gregoriano. Pierrôs e colombinas, mascarados e boêmios, encenarão guerras de serpentina, cheios dos guizos falsos da alegria, como escreveu Orestes Barbosa a respeito de suas próprias ilusões. Ancas, pernas e peitos fortalecidos em meses de academia e litros de anabolizantes e silicones preencherão os espaços da tevê e as telas de computador. Ivete Sangalo, Cláudia Leitte e a bateria da Mangueira definirão os rumos da Nação. Analistas econômicos serão substituídos por especialistas em samba sem que os telespectadores percebam a diferença... Até a Quarta-Feira de Cinzas (ou até o domingo 22 em Salvador). Varridos os confetes, guardadas as fantasias, ouviremos novamente o samba-enredo da crise política: um Congresso disposto a dificultar a vida de Dilma Rousseff, os efeitos das primeiras denúncias da Procuradoria-Geral da República contra parlamentares envolvidos na Lava Jato, uma oposição disposta a “naturalizar” na sociedade o sentimento pró-*impeachment*. Enquanto as marchas e marchinhas na briga pelo poder estouram os tímpanos, o setor produtivo desmobiliza o seu cortejo. Na indústria e nas grandes obras de infraestrutura, não é de hoje, as baterias emudeceram, silenciadas em parte pelos impasses econômicos e em parte pelo escândalo na Petrobras. Triste sina de um país que parecia tão perto da apoteose e hoje flerta com o rebaixamento para o segundo grupo. *CartaCapital* reuniu de intelectuais e militantes do movimento social para debater o momento da Nação. A seguir, as análises, sem alegorias, de Alfredo Bosi, Celso Antônio Bandeira de Mello, Gilberto Carvalho, Guilherme Boulos, Jean Wyllys, João Pedro Stedile, Ladislau Dowbor, Luiz Gonzaga Belluzzo e Rafael Marques. •

Os dias de folia devem dar uma trégua à presidenta. Mas depois chega a quarta-feira



RODOLFO BUHRER/LA IMAGEM/FOTARENA, LUCIO BERNARDO JR E J. F. DIORIO/ESTADÃO CONTEÚDO

POR UMA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

JEAN WYLLYS*



No segundo turno das eleições presidenciais de 2014, o PSOL recomendou à sua base o voto nulo, branco ou em Dilma Rousseff. O deputado Jean Wyllys foi um dos primeiros do partido a declarar abertamente seu apoio à candidatura do PT na disputa contra o tucano Aécio Neves. Por causa de sua ampla mobilização em defesa da presidenta, o deputado se diz “decepcionado e indignado” com os primeiros movimentos do governo neste mandato. “Concentramos esforços e fizemos a diferença para a Dilma vencer”, afirma Wyllys. “Por isso, tenho razões para criticar essa inclinação à direita do governo. Não votei neste projeto.”

Defensor de pautas progressistas, como a regularização da venda da maconha e a criminalização da homofobia, Wyllys terá de enfrentar o Congresso mais conservador desde 1964, presidido por Eduardo Cunha, o porta-bandeira de uma cruzada contra “gays, abortistas e maconeiros”. Wyllys afirma que Cunha organiza a Câmara de modo a fragilizar as bases partidárias e reforçar a chamada “bancada BBB”: bíblia (evangélicos), bala (indústria armamentista) e boi (agronegócio). “A situação está dura não apenas por causa do enfrentamento político, mas do ponto de vista humano. É terrível termos de conviver diariamente com parlamentares cada vez mais agressivos.”

Sobre a latente campanha da oposição pelo *impeachment* de Dilma, Wyllys entende tratar-se de um revanchismo tucano estéril, alimentado por Cunha para chantagear o governo por cargos e posições de poder. Na terça-feira 10, Wyllys reuniu-se com a bancada do PSOL para declarar a oposição do partido às medidas de austeridade do governo Dilma e apresentar opções para o que consideram uma “crise político-econômica” vivenciada pelo País.

Na ocasião, o deputado afirmou que a oposição do PSOL não pode ser confundida com o golpismo de outros grupos políticos. “Não podemos tratar todos os parlamentares petistas como corruptos”, disse. Apesar da postura ponderada, o deputado não deixa de cutucar o partido. “O PT tem de fazer a autocrítica. Não importa se a corrupção começou no governo de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto justificar um esquema de corrupção por outro, vai gerar cada vez mais antipatia e rejeição.”

*É deputado federal pelo PSOL

FALTA DIÁLOGO

RAFAEL MARQUES*



Em 16 de janeiro, uma greve de dez dias organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC obteve uma expressiva vitória: garantiu a readmissão de 800 funcionários dispensados pela Volkswagen no início do ano.



Berço da carreira política do ex-presidente Lula, o sindicato é liderado atualmente por Rafael Marques, funcionário da Ford e filiado ao PT. Apesar da proximidade com os quadros governistas, o sindicalista incomodou-se com a forma como foi encaminhado o “pacote de maldades” do ministro Joaquim Levy, que incluem mudanças relevantes em benefícios trabalhistas, entre eles o seguro-desemprego, as pensões e o abono salarial.

“Desde o ano passado, o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, nos alertava sobre a necessidade de mudanças nos benefícios trabalhistas”, afirma. “Mas, da forma como foram encaminhadas, no fechamento do mandato passado, nos puseram para correr atrás.” As

medidas de austeridade do governo estimularam os sindicatos vinculados à Central Única dos Trabalhadores, historicamente ligada ao PT, a engrossar os protestos sindicais de janeiro, embora com menor apetite que integrantes da Força Sindical, liderada por Paulinho da Força, aliado de Aécio Neves nas eleições de 2014.

Apesar de compreender os ajustes por causa da “difícil conjuntura internacional”, Marques está preocupado com a falta de comunicação do governo com os trabalhadores. “Os sindicatos e os movimentos sociais precisam de sinais claros de que o diálogo não será interrompido. Ninguém tem dúvidas de que será um ano complicado. Mas precisamos pensar no longo prazo.” Marques confia

na atuação de Miguel Rossetto, secretário-geral da Presidência, para contrabalancear a limitada sensibilidade social do Ministério da Fazenda.

Os trabalhadores das fábricas, diz, estão especialmente incomodados com os aumentos salariais concedidos ao Judiciário em dezembro. Segundo o sindicalista, a classe não pode ser responsável por pagar a conta sozinha. “Para justificar o alto custo do Estado brasileiro, é preciso fazer o máximo pelos mais pobres. Essa filosofia implantada por Dilma e Lula não pode mudar.” •

**É presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e filiado à CUT*

A GRANDE ENCRUZILHADA

Alfredo Bosi*



«RESTA REFLETIR COM A CABEÇA FRIA»

Quando nos encontramos diante de uma encruzilhada, não nos resta senão refletir com a cabeça fria. O que nos espera no fim de cada caminho a ser escolhido? Vivemos hoje um momento em que qualquer decisão será grávida de consequências para o destino do povo brasileiro.

Mais da metade do eleitorado optou por uma proposta de governo que conjugasse a retomada do crescimento com a manutenção de uma política social distributiva da renda nacional. Essa diretriz norteou as políticas públicas dos últimos 12 anos.

Quando olhamos em retrospecto, vemos que as linhas mestras foram desenhadas no final da ditadura. Criou-se então uma corrente ideológica ancorada em ideais de centro-esquerda e representada por sindicalistas independentes, cristãos progressistas e intelectuais socialistas democráticos. O seu eixo distributivista conseguiu tirar da

pobreza extrema 36 milhões de brasileiros, segundo dados da OIT. A pressão da máquina neoliberal não conseguiu desmontar a legislação trabalhista ou arrastar os governos ao desemprego em massa. Nem ceder à tentação das privatizações lesivas ao bem público. E o Brasil passou a ser a sétima economia do mundo.

Nesse meio-tempo, o inveterado mal da corrupção, que vinha de longe, continuou a seduzir funcionários, empresários e políticos de amplo espectro. Mas agora há espaço institucional para julgar com isenção os culpados. O que é um progresso moral e jurídico. O caminho sensato é punir os agentes da corrupção sem destruir o que restou de um ideal humanizador do sistema capitalista. O outro caminho, que leva a lutas

ferozes pelo poder, só a cegueira poderia escolhê-lo. •

**Professor da USP e integrante da Academia Brasileira de Letras*



SEM BASE PARA O IMPEACHMENT

O jurista Celso Antônio Bandeira de Mello rejeita a tese

CARTACAPITAL: *O que o senhor pensa a respeito desse movimento latente a favor do impeachment de Dilma Rousseff?*

CELSON ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO: Tem-se falado muito na mídia. Como sabemos, mídia e oposição são a mesma coisa. É como em um jogo de futebol, perdem, mas tentam ganhar no tapetão. Não acredito que o “povo”, como diz a oposição, esteja tão interessado no *impeachment*. Criou-se o hábito de chamar de opinião pública a opinião publicada por certos meios de comunicação. Enquanto existir milho para alimentar as galinhas, não vejo um risco de *impeachment*. E que milho é esse? O poder de manter o Parlamento atrelado à dependência do governo. E nenhum jurista se propôs, até agora, a responder ao tal artigo que propôs a hipótese. Não vale a pena. Há uma tentativa de se fabricar um movimento.

CC: *E a reação do governo?*

CABM: Dilma Rousseff não está bem assessorada. Aloizio Mercadante, um de seus principais auxiliares, não prima pela habilidade. Economistas, aliás, não costumam ser bons políticos. Parece-me que ela já foi mais sensível a outras opiniões, às de Lula, por exemplo. A presidenta tem reagido de forma muito tímida. Aparentemente, ela se entregou à mão desse rapaz, que não parece ser de grande destreza política.

CC: *O senhor considera a possibilidade de faltar apoio social à presidenta caso, ao contrário do que o senhor pensa neste momento, tome corpo um movimento pró-impeachment?*

CABM: Isso me preocupa. O povo acha que todo político é safado. Logo, não interessa se o político é corrupto ou não. Eu, se fosse da ala política, me agarrava no Lula, isso sim. Esse tem prestígio. Em um momento de dificuldade, quando você decepciona seus aliados, na hora em que se nomeia para o Ministério da Fazenda um homem comprometido com a direita, como será possível pedir apoio? A



«OS GOLPES,
NÃO É DE
HOJE,
COSTUMAM
SER
FABRICADOS
NA JUSTIÇA»

nomeação do ministro, dizem, foi para apaziguar o chamado mercado. Quando eu vejo o mercado satisfeito, tenho arrepios. Como esperar auxílio dos trabalhadores se paira a ameaça de retirada de benefícios sociais? Se você não está nem de um lado nem de outro, acaba nas mãos de seus inimigos. Tenho medo de faltarem forças para uma reação. Isso é um perigo não só neste momento, mas também no futuro próximo. É preciso destacar um ponto: o PT e a esquerda de forma geral nunca deram importância à Justiça, às articulações políticas do Poder Judiciário. Mas os golpes, não é de hoje, costumam ser fabricados no meio jurídico.

CC: *A eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara agrava o cenário?*

CABM: Ele é perigoso por ser inteligente. Se fosse um idiota, não haveria maiores problemas. De qualquer forma, para um processo de *impeachment* ganhar força é preciso uma maioria elástica. Não vejo argumentos jurídicos suficientes. Se a investigação realmente se aprofundar, vai atingir governos anteriores. Alguém acredita sinceramente que a corrupção na Petrobras começou ontem, nos governos do PT? Todo ano, faz tempo, sai uma nova edição do meu curso de Direito Administrativo. Descrevo, nesse livro, os desmandos do senhor Fernando Henrique Cardoso na estatal, que literalmente colocou raposas para cuidar do galinheiro. O governo FHC tirou a submissão da Petrobras à lei de licitação e a própria empresa passou a regular os contratos. Foi a sinalização mais clara para as negociações. De volta à eleição de Cunha. Ela também confirma o velho e conhecido fisiologismo do mundo político. Lula, um gênio, soube lidar com essa realidade. Dilma não é o Lula. Ela sobreviveu ao primeiro governo e conseguiu ser reeleita, mas a direita considera que essa vitória foi demais, principalmente pelo fato de a diferença de votos ter sido tão pequena. •



O TEMPO SE ESGOTA

Para o líder dos sem-teto, **Guilherme Boulos**, Dilma está no passado

CARTACAPITAL: Como o senhor avalia esse início de governo Dilma?

GUILHERME BOULOS: No segundo turno houve forte discurso da presidenta mais à esquerda. Esse discurso, diante do medo de um possível retrocesso com Aécio Neves, conseguiu mobilizar setores populares importantes. Quem foi para as ruas no segundo turno não foram militantes pagos, mas os movimentos sociais. Poucas horas após o resultado, é impressionante, os gestos da presidenta foram no sentido contrário. Tivemos aumento de juros e declarações desastrosas, como a da abertura de capital da Caixa Econômica Federal. A opção feita pela presidenta e pelo PT foi de responder à crise pela direita. Esse é o grande problema. Quando o crescimento econômico degingolou por causa da crise dos últimos quatro anos, o governo tinha de fazer opções. O Orçamento diminuiu, de algum lado tinha de cortar. A política do pacto de que todos ganham não era mais possível. E a escolha foi, lamentavelmente, cortar do lado dos trabalhadores, em vez de fazer uma política de reformas populares, mais à esquerda.

CC: Há clima para um impeachment?

GB: Dilma Rousseff incorreu em um erro parecido com aquele de Getúlio Vargas em 1951. Vargas foi eleito em uma das campanhas de maior mobilização do País. Milhares de brasileiros foram às ruas em 1950. Mal assumiu e, como tinha o Congresso contrário e a UDN dominando a mídia, fez as concessões. Montou um ministério conservador e ficou refém desses setores. Acreditar que essas sinalizações à elite e à direita eram suficientes para domá-las foi o equívoco de Getúlio Vargas. E quando tentou dar uma guinada mais à esquerda, já era tarde. A base popular que o elegeu não confiava mais nele. O caminho de contrariar, de frustrar as expectativas da base popular que a elegeu, é o da ruína. Evidentemente, o *impeachment* a essa altura, principalmente de onde parte a ideia, é golpismo. É inaceitável. Agora, a presidenta tem de entender que o governo dela precisa ser mais defensável. Hoje é difícil sair às ruas para defender a sua administração. Evidentemente, da nossa parte, vai haver um



«O PACTO EM QUE TODOS GANHAM NÃO É MAIS POSSÍVEL»

rechaço direto a qualquer alternativa golpista da direita e da elite, pois sabemos até onde isso vai. Na política não tem essa de “pior que está não fica”. Fica! Sempre pode ficar pior e temos de analisar essas situações e impedir que a direita ganhe ainda mais com esse processo. Mas isso não significa da nossa parte defender o governo Dilma. Primeiro, o governo tem de se fazer defensável, depois pode pedir para ser defendido.

CC: Qual seria a saída?

GB: Uma saída popular é defender a Constituição. Ser de esquerda no Brasil, é meio lamentável dizer isso, implica defender pontos da Constituição, que prevê a auditoria da dívida pública, a taxaço de grandes fortunas, a função social da propriedade, a democracia nas comunicações. A Constituição não prevê financiamento empresarial de campanha. Esses temas que, lamentavelmente, são tabus e precisam ser enfrentados. O ajuste a ser feito é para o outro lado. Não é cortar pensão, dificultar o seguro-desemprego. Isso é uma vergonha. Taxação de grandes fortunas se faz com correlação de forças, não se faz apenas com vontade política. Agora, correlação de forças se constrói e se cria fortalecendo os movimentos sociais. A saída popular para a crise é fazer os ricos pagarem pela crise.

CC: Há condições para o governo Dilma fazer um caminho de volta?

GB: Olha, o tempo está se esgotando. A história foi bastante generosa com o Partido dos Trabalhadores. A história deu oportunidades para o PT, e deu credibilidade popular mais de uma vez para eles optarem por um caminho de reformas populares, de combate aos privilégios da elite. Deu essa oportunidade em 2003 e em 2006 depois de uma eleição extremamente polarizada. Em 2010, não houve tanta polarização, mas aconteceu agora novamente em 2014. E essas oportunidades foram sistematicamente dispensadas. Uma hora a história se cansa também e caímos no mesmo dilema de Vargas. O PT cada vez mais perde apoio popular, credibilidade e a sua condição política para atuar em qualquer processo de mudança política no País. ●



O AJUSTE ERRADO

LADISLAU DOWBOR*



A taxa básica de juros de 12,25% trava a capacidade do governo de investir. Bilhões de reais drenados no pagamento da dívida

pública, resultantes de sucessivos aumentos na Selic, acabam por desequilibrar o Erário. O ajuste fiscal proposto pelo governo é menos importante que frear o aumento dos juros, diagnostica o economista Ladislau Dowbor, professor de economia e administração da PUC. “A visão geral de que os desequilíbrios e os entraves ao crescimento se devem a excessivos gastos públicos constitui postura ideológica sem base técnica coerente”, afirma. “O desafio está na redução dos juros, que travam tanto a demanda como os investimentos.”

Estudioso do peso dos intermediários financeiros sobre a economia brasileira,

Dowbor entende que o governo erra ao focar no corte de gastos e deveria priorizar uma reforma do sistema financeiro. Segundo o economista, a aparente incoerência entre um PIB estagnado e uma alta taxa de emprego explica-se por causa dos juros pesados e da elevada carga tributária que incide sobre os bens de consumo.

Esquecida nos debates do Congresso, uma reforma tributária que diminua a incidência de impostos sobre o consumo e a contratação de mão de obra seria fundamental, defende. •

*Professor de economia da PUC-SP

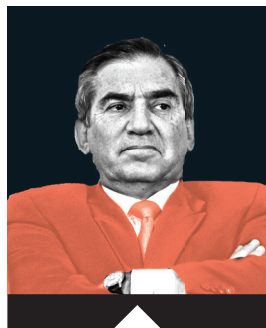
E AGORA PT?

Por Gilberto Carvalho*

De repente, os ventos mudaram, as águas se agitaram, velas se romperam e o barco parece sem controle... muitas previsões de naufrágio. Sentimos a barra, clamamos por um comando milagroso, mas nuvens carregadas não permitem que se vislumbre nenhum sinal do sol.

Não é a primeira vez, nem a primeira tempestade, tampouco os marujos são inexperientes. Ao contrário. A vida os calejou impiedosamente, desde os primeiros movimentos. Agora, a conjunção de fatos parece insuperável: crise econômica com sabor amargo de inflação no cotidiano dos cidadãos e medo de desemprego, crise da falta de água e reiterada e cotidiana profecia de crise de energia, crise política no Parlamento, onde, como diria Zé Múcio, bezerro não reconhece vaca, crise na Petrobras, com suas calculadas gotas diárias de novidades delatadas, tomadas como verdades comprovadas, num martelar poderoso e insistente para pregar a imagem de um partido e um governo irremediavelmente na podridão da corrupção.

É festa da oposição, é ódio cultivado, realimentado dia a dia em um “milenium” de colunas, drops radiofônicos,



«É PRECISO
CORAGEM
PARA
RECONHECER
OS ERROS»

maior mobilidade social vivida nestas plagas. Crescer com distribuição, cuidar dos excluídos, combater a desigualdade é nosso objetivo e destino. Mantenhamos o orgulho dessa conquista e sigamos nesse caminho. Pois falta muito para realizar o sonho que nos mobilizou na juventude. •

*Foi secretário-geral da Presidência. Preside o conselho do Sesi

artigos, sempre a prever o fim apocalíptico de um projeto. Eles venceram? Vencerão?

Não. Ainda não. E não vencerão se tivermos a coragem do combate, da luta dura que marcou nossas vidas. Se tivermos a competência e a criatividade para demonstrar o que realmente está em jogo. Se usarmos todos os meios de que dispomos para mostrar ao povo a verdade por inteiro.

Para tanto, é essencial a coragem, simples e honesta, de reconhecer nossos erros, e de corrigirmos com energia nossa rota. De enfrentar nossos próprios demônios, como diria Luiz Gushiken, e tomar a iniciativa das mudanças necessárias.

Há um norte claro a nos guiar, o projeto que mudou a cara do País e produziu a



O GOVERNO COMEÇOU MAL...

... Mas pode se recuperar, avalia João Pedro Stedile, líder do MST

CARTACAPITAL: O senhor se perfila entre aqueles representantes dos movimentos sociais que se sentem traídos pelo governo Dilma Rousseff?

JOÃO PEDRO STEDILE: Não. Sou parte daqueles que fizeram a campanha pela reeleição, a fim de garantir mudanças para melhorar as condições de vida do povo. Espero, e ainda há tempo, de a presidenta e seu governo entenderem o recado das urnas.

CC: Como a presidenta poderia recuperar a confiança do eleitorado que optou por manter o PT no poder por mais quatro anos?

JPS: Infelizmente, o governo Dilma começou mal, pois deu sinais de aceitar as pressões da direita e a agenda neoliberal. Errou ao compor um ministério com representações conservadoras e ao anunciar cortes de direitos dos trabalhadores. Ao aceitar o projeto de lei que abre para o capital estrangeiro a área de

saúde. Errou ao demorar em tomar uma atitude mais incisiva e demitir a diretoria da Petrobras, instalar uma comissão da sociedade para uma auditoria e salvar a empresa da sanha de quem quer privatizar o acesso ao pré-sal. Tudo isso leva à perda da base social que a havia apoiado no segundo turno. Espero que o governo se recupere. Da nossa parte, nos mobilizaremos para reverter essas medidas equivocadas.

CC: O Brasil parece prostrado, mergulhado em um impasse de difícil solução. Como chegamos a este ponto, depois de viver um período de esperança em relação ao futuro?

JPS: O Brasil vive uma crise econômica por falta de investimentos pesados na indústria e na infraestrutura social das cidades. Uma crise social, por falta de iniciativas mais claras para enfrentar o problema da moradia, da reforma agrária, da universalização do acesso à universidade. E uma crise política, pois a democracia brasileira foi sequestrada pelas empresas. As dez maiores financiaram 70% do Parlamento. Os deputados representam seus financiadores, não programas ou partidos.

CC: Qual a saída?

JPS: A única saída é política, ou seja, uma reforma que devolva ao povo a confiança na democracia. O ministro Gilmar Mendes, do STF, precisa criar vergonha e devolver o processo



«É PRECISO
TER JUÍZO
E HONRAR
O PROGRAMA
QUE O
ELEGEU»

que proíbe o financiamento privado de campanha, e o Congresso precisa aprovar os dois projetos em tramitação por lá. Um, proposto pela coalizção democrática de entidades brasileiras, pede mudanças no sistema e outro sugere um Plebiscito para decidir sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte. Este recebeu o apoio de 8 milhões de brasileiros.

CC: O senhor vê no horizonte um clima a favor de um processo de impeachment contra Dilma Rousseff?

JPS: O anúncio do *impeachment* é uma tática da direita para pressionar e acuar o governo. Para que ele tenha medo de fazer as mudanças que o povo votou e quer no segundo mandato. A tática é sangrar o governo, desgastá-lo para colher os frutos em 2018. O processo de *impeachment* não tem base legal. Não há responsabilidades da presidenta em nenhum crime. É uma tática burra, inclusive, pois daria motivos pa-

ra a sociedade se mobilizar em defesa da democracia e da legalidade. E daria aos movimentos o direito de pedir o *impeachment* de todos os governadores acusados de fraudes, de todos os prefeitos. Ninguém sabe no que daria.

CC: Há disposição dos movimentos sociais de saírem às ruas em defesa do governo ou do projeto por ele representado?

JPS: Os movimentos populares estão dispostos a se mobilizar e lutar contra os ajustes neoliberais do governo, as tentativas de retrocesso, a privatização da Petrobras, da Caixa, do sistema de saúde. Ao governo cabe ter juízo e honrar o programa que o elegeu. A sociedade, acredito, não aceitará nenhuma aventura golpista, via Congresso ou Poder Judiciário.

CC: Existe uma liderança capaz de apaziguar a situação e conduzir o Brasil por um caminho que o tire desse impasse?

JPS: A gravidade do tema não se restringe a lideranças, que sempre são fruto de processos de mobilização de massa, e não o contrário. O Brasil precisa de um amplo debate a respeito de um projeto capaz de mobilizar os cidadãos, os movimentos, a favor das reformas estruturais necessárias, a começar pela política, mas sem deixar de lado a dos meios de comunicação e a tributária, que pune os assalariados e premia as grandes fortunas e o capital financeiro. •